



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
PÚBLICA – FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANA BRAGA CARNEIRO

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO BRASILEIRO

BRASÍLIA

2016

Ana Braga Carneiro

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade de Brasília, sob a orientação do
Professor Carlos Alberto Ferreira Lima.

BRASÍLIA

2016

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
1. CONTEXTO HISTÓRICO-TEÓRICO.....	4
2. METODOLOGIA.....	12
3. DESENVOLVIMENTO.....	14
4. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

...que é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.

Ariano Suassuna

RESUMO

Este trabalho faz uma revisão bibliográfica do processo de privatização ocorrido no Brasil tendo em vista o interesse do cidadão brasileiro, o mais importante dos usuários da informação na análise dos fatos. O patrimônio do Estado é o objeto de estudo da contabilidade pública. Privatizar é uma decisão que deve levar em consideração um patrimônio de toda uma nação; partindo dessa premissa serão abordados aspectos importantes, pontos críticos e suas implicações no contexto brasileiro, tendo como destaque para fonte de estudo a experiência brasileira vivida nos anos 1990. Considerando as consequências das privatizações para as antigas empresas públicas foram enumeradas diversas razões que contribuíram para os resultados positivos divulgados destas após a mudança da atividade para o setor privado, sendo constatadas várias vantagens e benefícios concedidos aos compradores pelo Estado; é possível afirmar o predomínio do interesse privado nas condições de transferência do capital público. As estatais enfrentavam obstáculos impostos pelo próprio Estado: utilização das empresas públicas como instrumentos de políticas sociais, impossibilidade de financiamento pelo BNDES; que foram superados ao passarem para propriedade privada. Formas diversas de realização das privatizações adotadas por outros países, tendo a prioridade de distribuir o capital acumulado público entre seus cidadãos, foram abordadas. Outros pontos discutidos foi o aumento da dívida pública brasileira e da dependência externa, a crise como elemento comum nesse contexto, a defesa da valorização financeira e o desempenho do papel de país subdesenvolvido que é destinado ao Brasil na divisão internacional do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Privatização. Interesse público. Interesse privado. Cidadão.

1. CONTEXTO TEÓRICO - HISTÓRICO

A origem do neoliberalismo está ligada à história do economista e pensador austríaco Friedrich Hayek, o trabalho desde até meados dos anos 1930, em particular nos campos da teoria monetária e dos ciclos e da teoria do capital, foi marcado por seu apreço à ideia do equilíbrio e à importância que ele dava à teoria que o demonstrava. O equilíbrio em questão refere-se a análise de oferta e demanda que por meio de sistema de preços consegue sinalizar para os agentes econômicos um caminho em que os planos de venda e de compra são realizados com êxito. A teoria que demonstra essa tendência de resolver seus problemas do mercado é a neoclássica que foi delineada no final do século XIX pelo economista inglês Alfred Marshall. A teoria neoclássica tem por fundamento o conceito do *Homo economicus* (homem econômico racional) e tem na teoria valor-utilidade a base do seu raciocínio, que afirma que o valor das mercadorias é determinado, de forma subjetiva, pela utilidade que os agentes conferem a elas; deixando assim a teoria do valor-trabalho que afirma que o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-las.

No entanto Hayek mudou sua opinião e postura, no texto intitulado “Economics and knowledge” escrito em 1936 e publicado em 1937 e em seus posteriores trabalhos, quando crítica duramente a teoria neoclássica e sua ideia de indivíduo. Em suma ele diz que a teoria neoclássica ao prever o comportamento dos indivíduos dá por resolvido o que deveria resolver, ela cria uma hipótese de equilíbrio em seu desenvolvimento, mas não prova cientificamente que a sociedade de mercado consegue produzir o ótimo social.

Ao término da Segunda Guerra, Hayek percebeu que o capitalismo estava indo em direção a um processo de regulações extranacionais para evitar futuros conflitos bélicos por razões econômicas, intervenções estatais para evitar uma crise como a de 1930 e de concessões aos trabalhadores com o intuito de concorrer ideologicamente com o ainda forte socialismo. Essas perspectivas que foram concretizadas com o acordo de Bretton Woods, o Estado keynesiano regulador de demanda efetiva e o Estado de bem-estar social não agradavam Hayek, e assim ele convocou em 1947 todos os expoentes do pensamento conservador de então para uma reunião em que seria discutida a estratégia necessária para conter essa alta regulação e intervencionismo que atingia o capitalismo. Hayek e seus

companheiros não iriam desenvolver e/ou aprimorar uma teoria econômica que desse destaque a força do mercado e a sociedade por ele regida, pois de todas a teoria neoclássica seria a que melhor serviria para esse fim e Hayek já tinha rompido com ela.

Essa talvez seja a razão maior a explicar o fato de a recriação do liberalismo ter nascido como doutrina e não como ciência. Se não havia teoria econômica capaz de cumprir o papel ideológico que era necessário cumprir, tratava-se simplesmente de afirmar a crença no mercado, de reforçar a profissão de fé em suas inigualáveis virtudes. (PAULANI, 2008, p. 105)

Para alcançar esse controle total para o mercado era necessário: diminuir o Estado ao mínimo, evitar regulações desnecessárias que poderiam atrapalhar a ação do capital, forte controle dos gastos do Estado impedindo problemas inflacionários, privatizar as empresas estatais impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor e abrir completamente a economia para aumentar a concorrência de forma que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade. Posteriormente foram adicionadas medidas como pilotagem de juros, câmbio e finanças públicas.

Nos anos 1960 e 1970 o movimento neoliberal produziu um fluxo constante, mas em permanente expansão, de análises, textos, polêmicas e declarações de posição política, mas era considerado irrelevante pela corrente principal de pensamento político-econômico, segundo Harvey (2005). De fato, apenas no fim da última dessas décadas a doutrina neoliberal encontrou condições para a sua dominância e adoção de suas medidas de política econômica.

Segundo Harvey, o próprio Hayek prescientemente viu que levaria certo tempo para que as concepções neoliberais passassem a ser a corrente principal de pensamento. Segundo ele, teria de correr “pelo menos uma geração” até que isso acontecesse. (PAULANI, 2008, p. 106)

Após a Segunda Guerra, com alta regulação e intervenção do Estado, o capitalismo teve um período de quase 30 anos em que a economia cresceu de forma acelerada em todo o mundo, com baixo desemprego e inflação reduzida. Essa realidade acabou com as duas crises do petróleo (1973 e 1979), as crises fiscais dos Estados centrais e o retorno da inflação. Em 1979, a elevação dos juros norte-americanos sinaliza uma nova fase para o capitalismo que é marcada pela exagerada valorização financeira, pela retomada da força do dólar norte-americano como meio internacional de pagamento, pela enorme intensificação do processo de centralização dos capitais e pela eclosão da chamada terceira revolução industrial.

Em meados dos anos de 1960, após um crescimento intenso de cerca de vinte anos, tendo sido reconstruída a Europa e a Ásia e industrializada a América Latina foi diminuindo a perspectiva de acumulação na mesma intensidade dos anos passados. Os capitais multinacionais que atuavam na Europa, em especial os norte-americanos, foram buscar outras formas de valorização. Foi criado um volume considerável de capitais que buscavam valorização exclusivamente financeira, sem nenhum controle estatal.

A Guerra Fria e a aceitação das ideias de Keynes levaram os Estados Unidos a uma contradição, por um lado tinham uma política de alto crescimento interno para garantir sua hegemonia e de estímulo do capitalismo como um todo e por outro lado tinham que limitar seu crescimento para impedir que o dólar se fragilizasse como detentor do monopólio da produção do meio de pagamento internacional. A relação nominal fixa entre ouro e dólar norte-americano, que era a base do sistema estabelecido em Bretton Woods (conhecido como “padrão dólar-ouro”), retirava certa liberdade das autoridades norte-americanas na condução da política econômica. Em 1971 o presidente norte-americano Richard Nixon rompeu unilateralmente com o sistema de Bretton Woods desvinculando o dólar do ouro e a partir daí começa um período difícil para o sistema monetário internacional e a indefinição do meio de pagamento ideal. Em 1979 com a alta elevação dos juros norte-americanos essa situação de indefinição é resolvida a favor do dólar, fortalecendo também a atual fase do capitalismo financeiro.

O choque do petróleo e a crise que seguiu levou a busca por valorização financeira, com a recessão que atingia o mundo, particularmente o centro do sistema ou países desenvolvidos, os capitais fugiam das atividades produtivas. Os bancos internacionais se juntaram em busca de tomadores entre os países da periferia do sistema, países latino-americanos foram os principais alvos dessa cobiça por rentabilidade do capital já que muitos deles enfrentavam crises e viram nessa proposta uma solução que custaria o aumento de seu grau de endividamento.

Esse capital acumulado em busca de valorização financeira gerou uma pressão cada vez maior para liberalização dos mercados financeiros e pela desregulamentação dos mercados de capitais. A volatilidade, desconexão da produção real de riqueza material da sociedade, o curto prazo e a rentabilidade fazem o capital financeiro necessitar de liberdade de ir e vir sem ser atrapalhado por regulamentos, normas, regras e leis. É somada a isso a busca por maiores taxas reais de juros, traduzida por políticas monetárias que favorecessem os interesses dos

credores.

A crise recessiva com a alta dos juros gerou para os países desenvolvidos, as direções empresariais e os governos um endurecimento com a classe trabalhadora. Nos Estados Unidos ocasionou uma redução significativa dos salários reais, confrontação e enfraquecimento dos sindicatos, fim das políticas de renda de Nixon e Carter e avanço do processo de desregulamentação industrial, o que facilitou aquisições e fusões levando a reestruturação das empresas, as demissões numerosas e o abandono de acordos antes acertados com empregados sindicalizados. Na Europa, onde o Estado de bem-estar social teve um avanço considerável, esse contexto levou a um ataque às conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora.

O neoliberalismo tornou-se o discurso mais congruente com a atual fase do capitalismo porque defende e justifica as práticas mais adequadas à dominação do capital fictício. O keynesianismo não cabia mais, com o estímulo à demanda agregada para garantir o pleno emprego gerando gastos públicos substantivos (bens públicos e mecanismos de proteção social), tendo em vista a crise e sua repercussão no equilíbrio fiscal. A alta inflação também trouxe a necessidade de diminuir os gastos públicos. Outra faceta é a privatização das empresas estatais que serve de fonte indevida de dinheiro público.

O keynesianismo entra em crise nos anos 1970. O orçamento desequilibrado proposto por Keynes como saída transitória para a crise de 1929 não mais dinamiza o mundo do capital. Nesse momento o Estado do bem estar social entra em crise e as proposituras neoliberais passam a comandar as políticas públicas no mundo do capital a partir dos anos 1980.

A orientação da política anterior de controle da demanda efetiva é substituída pela política “do lado da oferta”, transformando a macroeconomia em microeconomia, em razão do cuidado apenas com a manutenção de um ambiente institucional favorável aos negócios: respeito aos contratos, direito dos credores é uma prioridade, máxima liberdade para o capital, fim dos expedientes de regulação e controle. Deixando a vontade de investir guiar os detentores do capital e não buscando conhecer e atender as expectativas da demanda agregada, em outras palavras, das perspectivas de realização daquilo que Marx chamou de “o salto mortal das mercadorias” que é a venda dos produtos.

A defesa dos interesses financeiros faz necessário um alto controle dos gastos do Estado, algumas razões são:

- Independente de ser constituída ou não em âncora do sistema de preços, a taxa de

juros paga pelo Estado aos papéis públicos vira o piso no qual todas as outras taxas (diferentes em função do tipo de operação, prazo e risco) são estabelecidas.

- A predominância do interesse dos credores faz com que a taxa de juros seja sempre alta, não dando espaço para que o Estado lide com problemas relacionados a demanda agregada.
- Taxas de juros elevadas resultam no crescimento das despesas do Estado com serviço da dívida gerando um aperto para outras despesas (gastos sociais, investimentos em infraestrutura) para suportar esse crescimento.
- Taxas de inflação altas são sempre “pró-devedor” e o Estado no papel de controlar a oferta da moeda não deve ser levado a aumentar a oferta de forma indevida para lidar com gastos descontrolados.
- Os papéis públicos são ativos financeiros.

“A garantia do controle dos gastos públicos, da taxa de inflação reduzida e do juro real elevado é ao mesmo tempo a garantia da remuneração real desse “capital fictício”, como o chama Marx.” (PAULANI, 2008, p. 114)

A acumulação de capital que marca presença desde o princípio do capitalismo seja das piores formas possíveis como fraudes, roubos, dívida pública e todo tipo de violência, hoje é mais completa sendo uma das razões das crises de sobreacumulação, da dívida pública, subconsumo, realização, baixa na taxa de lucro, departamentos da economia, fora as crises social, política e ambiental que experimentamos. Atualmente a acumulação do capital tem em evidência a aliança feita entre Estado e aqueles que detém o poder do dinheiro, uma relação antiga que se manifesta seja diretamente, por conivência ou por omissão. São exemplos dessa parceria: os ataques especulativos a moedas de países dependentes, o crescimento da importância dos títulos da dívida pública em todos os países e as privatizações a que são levados os países retardatários. Sem o Estado como aliado na defesa dos interesses privados não seriam possíveis essas formas de acumulação. A crise do capital evidencia a aliança entre o Estado e o capital financeiro, aliança na qual o capital produtivo tem perdido seu poder frente ao agigantamento daquele.

A terceirização, o contrato por tempo parcial e o trabalho com autônomos almejam não só a redução dos poros da jornada de trabalho como a divisão do risco capitalista com os contratados. É vista a concordância com o modelo de organização produtiva do toyotismo,

aproveitando melhor o valor de uso da força de trabalho em suas habilidades físicas e mentais, reduzindo postos de gerência, pois cria um ambiente onde todos fazem vigia e não são estimulados a agir como classe social. Essa realidade tem sua raiz no abandono do ideal do pleno emprego, que gera uma crise econômica permanente intercalada por períodos curtos de crescimento, já que nessa situação as pessoas são levadas a aceitar as condições estabelecidas desde que possam garantir seu trabalho. Altos ganhos financeiros é a consequência para os donos do poder do capital, garantidos pela redução dos gastos com mão-de-obra e a recuperação das taxas de lucro.

Estamos no momento da história capitalista no qual há o maior processo de centralização de capital onde, vários setores econômicos são dominados mundialmente por alguns grupos empresariais.

Já em 1994, Chesnais detectava, por exemplo, que, no setor de *hardware* (incluindo microcomputadores e sistemas de médio e grande porte), quatro empresas eram responsáveis por 53% da produção mundial, enquanto dez empresas respondiam por 67%. Se restringirmos a análise ao segmento dos sistemas de grande porte, esses números saltam para 76% e 91% respectivamente. No setor de automóveis a situação não é muito diferente: doze empresas respondem por 78% da produção mundial. No caso de pneus, seis empresas respondem por 85% da produção; e no de material médico, sete empresas respondem por 90% da produção. (PAULANI, 2008, p. 119)

Outro exemplo da intensidade e velocidade do processo de centralização é o que aconteceu mundialmente com o setor de telefonia pública nos anos 1980, envolvendo a absorção de pequenos capitais por grupos de grande porte e processos de fusão desses grandes capitais.

Chesnais indica que, em 1982, sete grupos detinham 58,3% desse mercado; em 1987 o percentual era de 70%, porém os setes grandes grupos se reduziram a quatro, dadas as fusões ocorridas entre a norte-americana ITT e a francesa Alcatel e entre a norte-americana GTE e a alemã Siemens, além da incorporação da holandesa Philips pela gigante norte-americana AT&T. Não é demais notar que tudo isso aconteceu no exíguo prazo de cinco anos. (PAULANI, 2008, p. 120)

São dados ainda exemplos da centralização no setor de serviços:

- Dezesseis empresas (cinco norte-americanas e cinco alemãs) detinham 54% do mercado mundial de resseguros em 1986.
- Dezesseis empresas (dez norte-americanas) detinham 61% do mercado mundial de publicidade em 1989.

- Seis empresas (todas norte-americanas) detinham 62% do mercado mundial de consultoria e gestão estratégica em 1989.

O Brasil nas eleições de 1989 teve seu marco inicial para o discurso neoliberal, o problema da inflação parecia insolúvel e do outro lado havia as grandiosas promessas de uma economia desestatizada que teve sua origem no governo de Collor. O lado “liberal-social” de Collor venceu o popular e democrático de Lula e do Partido dos Trabalhadores, mostrando o caminho que o país seguiria sem que ele próprio não tenha sido o líder a conduzir as futuras transformações.

Após o *impeachment* de Collor o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições de 1994 embalado pelo sucesso do Plano Real e com o discurso de modernizar o país e suas instituições. As medidas desse plano foram as relevantes privatizações realizadas e a abertura substancial da economia, para isso houve uma preparação para habilitar o país como uma economia financeira emergente começando com a referida estabilização monetária.

Até o fim dos anos 1980 o Brasil não estava preparado institucional nem concretamente para a função de economia financeiramente emergente, as altas taxas de inflação geravam abruptas alterações no nível geral de preços e em sua variação dificultando o cálculo financeiro que direciona a arbitragem com moedas e a especulação almejando ganhos em moeda forte (a taxa de câmbio real e a taxa real de juros sofrem contínuas oscilações). Outro fator era a política cambial centralizada e fortemente regulada vigente que em uma valorização financeira dificultava sua proteção caso fosse ameaçada. Existia uma séria de outros problemas a serem enfrentados na visão do pensamento rentista: dificuldade de controle dos gastos do Estado em razão da alta inflação, o tamanho e o grau de intervenção do Estado na economia, a legislação vigente que colocava à frente do direito dos credores financeiros os direitos dos empregados e os direitos do Estado, falta de garantias aos credores do Estado e a questão previdenciária praticamente monopolizada pelo Estado encarada como um peso para o orçamento público e uma privação de mercado promissor para o setor privado.

O início foi no governo Collor, atravessando o de Itamar, os dois mandatos de FHC e continuando com Lula as mudanças desejadas foram feitas e completadas com as privatizações e a abertura comercial. No início do governo Itamar no fim de 1992 a partir das mudanças nas contas CC5, contas exclusivas para não-residentes que permitem a livre

disposição de recursos em divisas, foram tiradas as barreiras que impediam a livre saída de recursos do país abrindo o mercado brasileiro de capitais. Também neste governo com a moratória decretada pelo presidente Sarney em 1987 ficou resolvida a securitização da dívida externa fazendo a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos. Ainda neste governo surge o Plano Real dando a base para as significativas mudanças realizadas por FHC e complementadas por Lula.

2. METODOLOGIA

O objeto do presente trabalho é o *processo de privatização Brasileiro*. Como evocado no título, o objeto é visto como processo, portanto mutante, em transformação. Socioeconômica nesse sentido, este trabalho se distancia de uma visão positivista do mundo em que o fato social é visto como coisa. Ao contrário, como a privatização é um produto social, ela se apresenta no real como sendo historicamente determinada, ou seja, o fenômeno social a ser analisado produto de múltiplas determinações.

Assiste razão a GOLDMANN (GOLDMANN, 1967, p.27) quando afirma:

As ciências históricas e humanas não são, pois, de uma parte, como as ciências físico-químicas, o estudo de um conjunto de fatos exteriores aos homens, o estudo de um mundo sobre o qual recai sua ação. São ao contrário a análise dessa própria ação, de sua estrutura, das aspirações que animam e das alterações que sofre. De outra parte, não sendo a consciência mais do que um aspecto real, mas parcial da atividade humana, o estudo histórico não tem o direito de limitar-se aos fenômenos conscientes, devendo vincular as intenções conscientes dos agentes da história à significação objetiva de seu comportamento e de suas ações.

Seguem-se duas consequências:

a) O processo do conhecimento científico é ele próprio um fato humano, histórico e social; isso implica, ao estudar a vida humana a **identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento**. Eis porque o problema da objetividade se coloca diferentemente nas ciências humanas do que na física ou na química;

b) Sendo o comportamento um fato total (de uma totalidade relativa, claro está; não é senão um elemento da totalidade homens-natureza), as tentativas de separar seus aspectos “material” e “espiritual” não podem ser, no melhor dos casos, senão abstrações provisórias, sempre implicando grande perigo para o conhecimento.

Assim, as privatizações ocorrem em um tempo histórico determinado do modo de produção capitalista e cabe, à investigação apreender as injunções, os conflitos, as contradições, os interesses sociais em luta para, na exposição apresentar o objeto inserido na riqueza de determinações que o fazem. “*O concreto é concreto porque é produto de múltiplas determinações*” (Marx). A dificuldade da pesquisa se põe quando na relação sujeito-objeto reificamos o objeto. Nas ciências humanas não podemos fazê-lo conforme nos ensina Goldmann. O processo de privatização, no trabalho em tela, não é analisado como “coisa”,

necessidade da visão positivista que é comprometida com o não-desenvolvimento, com a não-mudança, ou seja, com o saber pelo saber. O método por nós empregado busca a apropriação e dominação do objeto pelo homem, visando a transformação das condições materiais e sociais de existência da sociedade. O “fato social” --privatização-- tem que ser estudado porque apreendido como produto das lutas sociais, das lutas de classe e, *last but not least*, como produto histórico.

Desta forma, nosso objeto é analisado como inserido em uma totalidade, categoria central para que se possa apreender o objeto. Como afirma Lukács (LUKÁCS, 1967, p. 240):

A categoria de totalidade, como toda categoria autêntica, reflete relações reais. [...] A categoria de totalidade significa, portanto, de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligadas entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Na pesquisa bibliográfica foram consultadas várias referências relativas ao assunto em estudo, livros e artigos que possibilitaram recolher informações ou conhecimentos prévios sobre as privatizações, seu contexto e diversas posições relacionadas ao assunto.

3. DESENVOLVIMENTO

O Estado é uma rica fonte de recursos que desperta o faminto interesse do capital privado.

Na tomada de decisão entre privatizar ou não as estatais é comum levantar a questão do lucro ou não dessas empresas. Foram amplamente divulgados os resultados positivos nas empresas privatizadas; Aloysio Biondi explica diversos pontos para o verificado, alguns deles são:

- Tarifas e preços tiveram reajustes antes da privatização, por exemplo, o das contas de energia no Rio de 58% poucos dias antes do leilão da Light.
- Demissões maciças de trabalhadores das estatais antes de privatizar e os devidos pagamentos feitos pelo governo de indenizações e direitos trabalhistas. Exemplificando com os casos dos governos de São Paulo e do Rio, o primeiro demitiu 10.026 funcionários de sua empresa ferroviária (Fepasa), de 1995 a 1998, assumindo a responsabilidade também de 50.000 aposentados da ferrovia; e o segundo que demitiu metade dos funcionários do Banerj, um número igual a 6.200 pessoas.
- O governo assumiu dívidas das empresas privatizadas, valendo ressaltar que foram dívidas feitas pelas empresas fazendo valer políticas de combate a inflação e de proteção a setores estratégicos da economia nas quais as estatais foram usadas como instrumentos, somando os juros pagos sobre essas dívidas.
- O governo (estados ou União) acrescentou a sua folha de pagamentos aposentados ou se responsabilizou pelos fundos de pensão. Exemplos são a Fepasa que passou para o governo o compromisso com 50 mil aposentados e o Banco do Estado do Rio de Janeiro que deixou para o governo todos os compromissos futuros do plano de pensão dos funcionários, sendo que o estado tomou um empréstimo de 3,3 bilhões para isso e o valor da venda a se realizar foi de 330 milhões que eram ainda, como autor denomina, “moedas podres” negociadas no mercado com desconto de 50%.
- Na figura de prejuízos acumulados foi concedido o benefício do crédito tributário para o abatimento no cálculo do Imposto de Renda, exemplo com a venda do banco gaúcho Meridional o comprador adquiriu 230 milhões de reais em crédito tendo pago 267 milhões na compra, foi utilizado depois o benefício todo adquirido resultando em um gasto real de apenas

37 milhões de reais.

- Estatais foram vendidas com dinheiro em caixa: Na venda da Vale do Rio Doce a Benjamin Steinbruch foi deixado 700 milhões de reais em caixa; na Telesp que foi vendida à espanhola Telefônica ficou 1 bilhão em caixa, valendo lembrar que a compradora espanhola pagou uma entrada de 2,2 bilhões de reais, o resultado é um gasto real de 1,2 bilhão na compra.
- As vendas feitas à prestação e com juros bem baixos para as compras das empresas privatizadas. É exemplo a venda das redes ferroviárias que tiveram uma entrada de 10% a 20% sendo o valor restante a ser pago em um prazo de 30 anos; a Teles foi com uma entrada de 40% e o restante do valor a ser pago em duas parcelas de 30%, a primeira em um ano e segunda em dois.
- As ditas “moedas podres, ” aceitas nas primeiras privatizações até na totalidade do valor das vendas, entendidas como títulos antigos do governo e que podiam ser compradas por até 50% do seu valor. A Companhia Siderúrgica Nacional foi vendida por 1,05 bilhão de reais, foi pago 1,01 bilhão em “moedas podres” e 38 milhões de reais em dinheiro. Ressaltando, “moedas podres” usadas nos leilões das estatais foram vendidas à prestação com financiamento feito pelo BNDES, com até 12 anos de prazo pagamento e boas condições de juros.

A privatização das empresas brasileiras teve seu maior foco no governo de Fernando Henrique Cardoso e foi criticada em diversos casos nas condições para realização dos negócios, nos preços de venda que não levaram em conta o patrimônio acumulado das estatais e na predominância de poucos grupos empresariais. Diante da problemática é importante ser feito o levantamento de outras opções, Aloysio Biondi em seu trabalho mostra outros caminhos como o da Inglaterra, Itália e França.

Na Inglaterra nos anos 1980 com a primeira-ministra Margaret Thatcher foi realizada a privatização de empresas com uma política de incentivos para que os cidadãos ingleses fossem os maiores interessados em serem os futuros donos dessas ações, quem adquirisse essas e não revendesse por um período determinado na compra tinha o direito a receber certas quantias em dinheiro, uma forma de premiação que era baseada no sistema de distribuição dos *customer vouchers*, cupons que podiam ser trocados por dinheiro em prazos previstos.

A Itália também deu prioridade ao interesse de seus cidadãos estarem fazendo parte da

distribuição do patrimônio nacional, uma medida para evitar a concentração da renda; apesar dos italianos não aplicarem tanto em bolsas quanto norte-americanos ou ingleses, o governo estimulou a compra de ações ao dar o direito do investidor receber seu dinheiro de volta, com juros de 3% a 4% acima das taxas do mercado internacional.

A mesma medida de oferecer atrativos foi tomada pelo governo da França que privatizou parte das empresas de telecomunicações em 1998 e teve 4 milhões de franceses como compradores de suas ações.

Aloysio Biondi faz evidenciar que no Brasil existia uma dívida do governo com seus trabalhadores na figura do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Plano de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), essa poderia finalmente ser quitada com a entrega das ações das estatais - o governo de Itamar Franco considerou essa hipótese, porém essa opção foi abandonada em razão dos interesses ligados aos grupos empresariais.

Ao fazer uma análise após as privatizações para ver suas implicações é necessário ir além das próprias empresas para a economia de forma geral e suas projeções futuras.

Na carta de intenções que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao FMI (Fundo Monetário Internacional), inconscientemente, o governo confessa que o equilíbrio das contas do Tesouro ficou mais difícil porque... o governo deixou de contar com os lucros que as estatais ofereciam como contribuição para cobrir o rombo até serem vendidas. (BIONDI, 2014, p. 40)

Foi exposto que no processo de venda das empresas públicas o governo ficou responsável pelas dívidas que essas possuíam e sem a fonte de recursos que apresentavam, o que não melhorou a dívida do governo como também piorou. É acrescentado um agravante que é o aumento do número de importações em substituição à produção local dos setores estratégicos, que privatizados na ausência de uma legislação agem unicamente em prol do interesse de seus donos, dificultando o equilíbrio da balança comercial (exportações menos importações); outro é a saída de recursos do país em razão dos lucros, dividendos, juros remetidos a compradoras multinacionais das antigas estatais, ou até na forma de compra de tecnologia e contratos de serviços no mercado externo. Tudo isso resulta em um problema sistêmico que vai afetar em maior ou menor grau os setores fornecedores de matérias-primas, fábricas, pessoas empregadas, influenciando a saúde das contas públicas e suas perspectivas.

Biondi relata outro aspecto que prejudicou a eficiência das estatais, além da não

atualização das tarifas, que foi o decreto emitido em 1989 pelo presidente da República que proibiu o BNDE (atual BNDES) de emprestar dinheiro às empresas públicas. O BNDE foi criado no governo de Juscelino Kubitschek com o intuito de promover o desenvolvimento por meio da disponibilização de recursos a áreas estratégicas de infraestrutura que normalmente exigem grandes investimentos, como por exemplo a construção de usinas hidrelétricas, ferrovias, rodovias, portos, sistemas de telecomunicações.

Com o decreto presidencial de 24 de maio de 1987 o BNDES ficou autorizado a emprestar dinheiro às multinacionais para a compra de estatais, sem dar permissão de empréstimos às empresas públicas que eram responsáveis por setores de infraestrutura e básicos.

A ineficiência das empresas públicas era um argumento bastante utilizado pelos idealizadores das privatizações, é necessário que se faça jus aos méritos conquistados pelas estatais. A Petrobras é reconhecida mundialmente por sua expertise em perfuração de poços em águas profundas, a Vale do Rio Doce já era antes mesmo de sua privatização a maior exportadora de minério de ferro do mundo e a Docegeo (uma subsidiária da Vale) mapeou os minerais encontrados em todo território brasileiro vindo a receber convites para fazer trabalhos similares em outros países, a Embraer tem destaque na indústria aeronáutica por sua representatividade e competitividade em meio a tradição na área dos países ricos e desenvolvidos, a Telebrás desenvolvia tecnologia que produzia e exportava para outros países. Esses exemplos mencionados por Aloysio Biondi mostram a capacidade de desenvolvimento de tecnologia e a eficiência em empresas públicas. É importante mencionar nesse contexto as políticas governamentais que prejudicaram as estatais que foram usadas como instrumentos de justiça social ou “redistribuição de renda”. Há exemplos de outros países que arcaram com os prejuízos dessas ações, segundo Biondi.

Em relação ao preço de venda, Biondi fez uma lista de fonte de lucros que as expressas apresentavam e que não foram consideradas no cálculo de preços fixados para as estatais em prejuízo ao Tesouro e seus contribuintes:

- Bancos – além do exemplo citado do Banerj que foi comprado por 330 milhões de reais sendo que o governo estadual pegou emprestado um valor de 3,3 bilhões de reais para cobrir a responsabilidade assumida com fundo de pensão, tem também o “monopólio” concedido por 5 anos das contas dos funcionários públicos (recebimentos de impostos e

contas em geral do governo estadual).

- Energia – Na época das privatizações consideradas, empresas distribuidoras como a Light e a Eletropaulo compravam a energia gerada por estatais pelo valor de 30 reais o megawatt-hora e vendiam por 84 reais. Fazendo a divisão do valor pago nos leilões pelo faturamento com a venda de energia, o resultado é o preço pago por gigawatt-hora que vai ser fornecido. Alguns valores: Escelsa 111 reais, Light 179 reais, CPFL 240 reais (Expectativa antes das vendas era de 400 reais como padrão).
- Rede Ferroviária – A previsão de arrecadação era de 4 bilhões de reais, realizou venda a prazo de todas as malhas ferroviárias por aproximadamente 1,4 bilhão de reais com investimento previsto para recuperação de 400 locomotivas no valor de 240 milhões de reais em 20 anos, ou seja, 12 milhões de reais por ano.
 - Vale do Rio Doce – A descoberta de jazidas imensas ainda não estudadas de inclusive ouro deveria ter aumentado o preço da empresa, a solução simples do governo foi de emitir títulos (debêntures) para garantir a participação dos lucros da exploração para o Tesouro, dessa forma o governo teria participação só dos lucros e não do aumento do valor do patrimônio da Vale e de suas ações.
 - Empréstimos antigos – A liquidação de dívidas antigas feitas para investimentos propicia o aumento dos lucros para os compradores, tendo como exemplo a Vale que em 1996 pagou 550 milhões de dólares em amortização e juros sobre empréstimos tomados para o Projeto Carajás e obteve um lucro de 338 milhões, o resultado fica na faixa dos 900 milhões de dólares. Já em 1998 o valor de juros e amortização a pagar era de 72 milhões, da operação citada.
 - Atividades paralelas – a previsão de futuras fontes de renda deveria ter sido considerada para a determinação dos preços de venda das estatais, como nos casos das distribuidoras de energia elétrica ou da Rede Ferroviária Federal que tinham a forte expectativa, graças ao grande crescimento no final do milênio do setor das telecomunicações, de aluguel de suas estruturas como redes de energia elétrica e de ferrovias eletrizadas, gasodutos para a expansão com redução de custos desse setor em evidência.
 - Estoques – Devido às licitações as estatais comumente apresentam grandes valores em estoques, um dos trunfos anunciados pelos compradores foi o aumento imediato de lucros em razão da redução de estoques. A Telefônica de São Paulo declarou que reconheceu a necessidade de repor estoques somente no segundo trimestre de 1999 considerando que o

leilão da estatal Telesp ocorreu em julho, ou seja, a estatal deixou um estoque para no mínimo oito meses.

O problema de dar prioridade aos interesses estrangeiros colocando de lado interesse nacional é uma questão antiga: um pouco antes do leilão da Light o governo brasileiro cedeu a uma série de reivindicações dos prováveis compradores, ficou a cargo da Elena Landau diretora de desestatização do BNDES e posteriormente diretora de um banco estrangeiro, levar a público essas decisões. Diante da expectativa de redução das tarifas foram acordados reajustes indexados ao IGP-DI, por 5 anos de acordo com o previsto e mais 3 de reajuste automáticos em respeito ao prazo anunciado por Elena. Foi dada a liberdade de adoção da tecnologia que desejassem para as empresas compradoras, ou seja, os equipamentos podiam ser comprados nas matrizes estrangeiras em prejuízo da indústria local e da balança comercial. Não exigiram que as multinacionais trouxessem capital próprio para investir, essas puderam tomar empréstimos no mercado mundial aumentando o endividamento brasileiro e os juros decorrentes. Primeiramente era dita a importância de proteger setores cruciais para a segurança e desenvolvimento do país e assim garantir a participação ativa do governo nesses setores mesmo após o processo de privatização, porém a postura estabelecida pelo governo foi a de fiscalizador e não a de cogestor dando assim autonomia para as multinacionais adquirentes agirem em razão de seus interesses e de seus países de origem.

Na crise são maiores os debates acerca das privatizações, o capital acumulado das estatais é desejado e visto como a solução dos problemas. Lauro Campos aborda este aspecto do processo de privatizações em seu trabalho que relaciona estatização, privatização e crise. Uma das críticas feitas à estatização das empresas era a de o governo estar concorrendo com a iniciativa privada, para responder a essa indagação o autor destaca: “De acordo com o prêmio Nobel de Economia. Lawrence Klein, em seu *La Revolución Keynesiana*, a estatização capitalista posterior à crise de 1929 assumiu dois sentidos marcadamente opostos: a estatização democrática e a estatização fascista.” (CAMPOS, p. 3). As respostas Estatais que são direcionadas pelo ideal do pleno emprego e melhores condições econômicas são democráticas, a solução no fascismo tem a produção de armamentos e investimentos para a guerra, ficando clara a importância da via democrática.

Campos afirma que essa acumulação do capital produtivo é característica das economias retardatárias, como a brasileira, sendo observada uma transferência deste capital

gratuitamente aos capitais privados. O autor ainda diz que o que fica permanentemente na propriedade do Estado são as grandes empresas que se tornaram inviáveis, mas que são essenciais no fornecimento de serviços ou na manutenção do volume de emprego.

É visto no histórico das relações brasileiras um ponto em comum: as críticas feitas às concessões realizadas perante os apelos estrangeiros. Existe interesse em grandes valores como foi evidenciado no trabalho de Aloysio Biondi e na importância dos valores dos capitais acumulados na esfera pública, que é destacada na explicação do funcionamento da economia capitalista elucidada no trabalho de Lauro Campos. Leda Paulani, em “Brasil delivery”, diz que muito do que foi feito em políticas econômicas no Brasil foi em razão da preocupação dos governantes em aumentar a “credibilidade” brasileira, mas em meados de 2003 quando foram verificadas a queda acelerada do risco-país, a recuperação do preço dos C-Bonds que são títulos brasileiros negociados nos mercados internacionais e a valorização do real, não foi apontada nenhuma mudança dessa situação de desfavorecimento que era considerada. Seria um momento oportuno de investimentos em políticas econômicas indutoras do crescimento e do emprego, mas não foi tomada nenhuma medida nessa direção como também nenhuma alteração das políticas nas demais áreas, por exemplo, a fiscal; nada foi registrado em seu aspecto mais visível: monetário. E ainda aumentou o compulsório dos bancos uma diminuição da liquidez dos meios de pagamento da economia em quase 10%.

A valorização da moeda doméstica brasileira e os piores resultados da balança comercial e da balança de serviços levaram a decisão de financiar com recursos provenientes da movimentação de estoques o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, sendo demonstrado que: “O ideário vigente nunca associa responsabilidade fiscal e “macroeconomia” (sic) à responsabilidade cambial. ” (PAULANI, 2008, p. 18). Leda então questiona a ausência de intervenção do Banco Central que em uma elevação exacerbada da moeda doméstica possui os instrumentos para enfrentar tal situação, o que faz sempre quando acontece uma queda da moeda.

As contas externas do Brasil pioraram estruturalmente com o governo FHC, a dependência do país em setores estratégicos como os de insumos básicos e bens de capital aumentou. As privatizações resultaram em uma balança de serviços mais pesada em razão de uma menor balança de rendas que teve como consequência a duplicação do passivo externo líquido do país. A vulnerabilidade do Brasil aumentou com a piora estrutural das contas

externas. Depois de janeiro de 1999 o Brasil recorreu mais duas vezes ao FMI com o risco de não honrar seus compromissos externos, a primeira em junho de 2001 no governo FHC, que teve suas expectativas frustradas quanto ao volume de recursos de investimentos externos que o país receberia, recorreu ao Fundo e obteve US\$ 15 bilhões e a segunda vez foi em agosto de 2002 com as eleições e a conquista da presidência por Lula. As preocupações que este fato casou fez subir o risco-país, desvalorizando os títulos brasileiros no mercado externo e resultou em uma retração da entrada de recursos na balança de capitais, o governo obteve US\$ 30 bilhões com o Fundo, entre saques e postergação de pagamento de valores de empréstimos anteriores.

O governo de Fernando Henrique seguiu as prescrições de redução do tamanho do Estado (privatizações), abertura comercial, políticas monetária e fiscal rígidas, taxas reais de juros elevadas afirmando que dessa forma o Brasil iria passar por um processo de reestruturação produtiva causado pela concorrência adquirida com a abertura comercial, promovendo o crescimento com estabilidade. Considerando o Estado mínimo somado às políticas fiscais e monetárias “sólidas” com juros reais elevados estaria o país protegido contra a inflação, garantindo a credibilidade dos investidores externos e resolvendo os problemas do balanço de pagamentos. Além disso, a reestruturação produtiva elevaria os salários com o crescimento da produtividade diminuindo as desigualdades distributivas. O resultado foi que uma década depois dessas medidas tomadas a economia ficou estagnada, desemprego recorde, aumento da vulnerabilidade externa, o retorno do país à posição de economia primário-exportadora e a permanência do mesmo padrão distributivo, com crescimento da pobreza absoluta e da violência nos grandes centros urbanos do país.

A subordinação externa em suas relações econômicas desde sua origem, até o início do século XX, o Brasil era uma economia primário-exportadora passando para o modelo de substituição de importações que tem centro dinâmico interno, mas com o ritmo ditado pelos movimentos externos. O governo de Vargas mostrou a necessidade do Brasil no desenvolvimento de insumos básicos e bens de capital estratégicos e, no governo militar sob o impacto do petróleo, o Brasil mostrou uma matriz interindustrial bem desenvolvida. Com a crise do petróleo, a dívida, com seu singular processo de indexação e a redemocratização do país a economia brasileira sofreu com a alta inflação.

As possibilidades que então se abriam de um desenvolvimento menos embaraçado por gargalos reais e menos dependente de recursos externos

oriundo das balanças de capitais (empréstimos, investimentos diretos e capitais de curto prazo) esboroavam-se em função da financeirização do mundo e da “ditadura dos credores” que então se iniciava. (PAULANI, 2008, p. 52)

Em 1990 o discurso neoliberal ganhou força, foi levantada a necessidade de securitização de suas dívidas externas e a abertura de seus mercados de títulos públicos, as economias denominadas emergentes deveriam prestar contas de sua seriedade em relação ao interesse de honrar suas dívidas. No consenso em Washington foram acordadas medidas que foram prescritas e cobradas por organismos multilaterais em vários países periféricos. Gustavo Franco, na época diretor da área externa do Banco Central vindo após ser presidente, escreveu em 1996 um artigo denominado “Inserção externa e desenvolvimento” que era fiel às prescrições do Consenso de Washington, que serviam de base para a política do governo de Fernando Henrique: diminuição do tamanho do Estado (privatização), abertura comercial, políticas monetária e fiscal rígidas, taxas reais de juros elevadas. Após o sucesso da dura política econômica o país estaria enfim estruturado de forma estável e com desenvolvimento que o tiraria da condição de desigualdade, porém como já foi dito essas medidas geraram a estagnação econômica, o desemprego recorde, o grande aumento da vulnerabilidade externa, o retorno do país à posição de uma economia primário-exportadora e a permanência do mesmo padrão distributivo. As medidas foram possíveis com a abertura do mercado brasileiro de títulos públicos e a abertura financeira do país por meio de alterações nas contas CC5 (contas exclusivas para não-residentes que permitem a livre disposição de recursos em divisas) que tiveram seu conceito de “não-residente” ampliado para além das pessoas físicas ou jurídicas que estivessem em trânsito pelo país para também as contas de instituições financeiras do exterior e passando a poder também remeter livremente para o exterior não somente os saldos em moeda doméstica resultantes da conversão da moeda estrangeira, com a qual os não-residentes tivessem entrado no país, mas todos os saldos; esses fatos em conjunto produziram a inserção do Brasil nas finanças de mercado internacionalizadas.

Nesse contexto é dado destaque a edição em maio de 2000 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que em um momento de crise e desvalorização do real em janeiro de 1999 teve a preocupação central do administrador público na preservação das garantias dos detentores de ativos financeiros emitidos pelo Estado. Na hierarquia dos gastos públicos coloca o credor financeiro em detrimento da viabilização de investimentos públicos e da alocação de recursos com fins distributivos: políticas de renda e políticas

públicas de modo geral.

A autora explica um outro ponto importante nesse contexto, o sistema previdenciário do país que no governo FHC foi tratado no setor privado e Lula estendeu aos funcionários do setor público, mostrando mais uma vez o predomínio do capital financeiro, garantindo ao setor privado um novo e promissor campo de valorização e seguindo a meta de diminuição dos gastos públicos:

Antes dessas reformas, o regime previdenciário predominante era o de repartição simples que, em função da forma de seu funcionamento, é de vocação produtivista (é tanto mais equilibrado financeira e atuarialmente quanto maiores forem o emprego e a renda médio dos trabalhadores). Depois delas, a tendência que se estabelece é a de um peso cada vez maior do regime de capitalização que, em função da forma de seu funcionamento, é de vocação rentista (é tanto mais equilibrado financeira e atuarialmente quanto maiores forem os juros e a cotação das ações das empresas que fazem políticas *downsizing*). (PAULANI, 2008, p. 56)

Celso Furtado fala sobre a possibilidade de o Brasil parar de ser construído e comandado pelo interesse externo. É um país com território de dimensões continentais, rico solo, riquezas naturais incomensuráveis e enorme mercado interno potencial. Mas para isso:

“Seria preciso deixar de lado as ideias convencionais sobre vantagens comparativas, adotar o planejamento como elemento primordial do Estado e reforçar as instituições da sociedade civil.” (PAULANI, 2008, p. 52).

A dívida pública é colocada como um termômetro de como as coisas andam mal, sinônimo de uma gestão não cautelosa, de gastos não controlados, de atitudes inconsequentes. A autora em questão desmistifica a dívida afirmando que essa é um sinal de dinamismo. Por exemplo, uma empresa privada que aumenta seu endividamento porque recebeu um crédito significando que está autorizada de capitalizar o dinheiro de outra pessoa. Dívida é sinônimo de investimento sendo esse sinônimo reprodução ampliada do capital e de alavancagem do processo de acumulação. A dívida pública é o elo mais visível entre Estado e setor privado. De acordo com Marx a dívida pública converteu-se em uma das maiores alavancas da acumulação primitiva que marcou o início do sistema, esse processo originário aconteceu muitas vezes por meios nada civilizados: roubos, pilhagens coloniais, coerção etc. Foram acumuladas grandes quantidades de capital monetário que seriam usadas após para o

financiamento da acumulação produtiva na fase madura do sistema. Após quinhentos anos a dívida pública ainda tem papel de destaque no movimento da acumulação, a sociedade permanece entre capital e Estado como afirma Leda Paulani, e por mais que o discurso econômico neoliberal pregue o Estado mínimo para o melhor funcionamento do mercado, dado o carácter público do Estado é dele muitas vezes o papel de dar ritmo e compasso.

A autora faz sugestões para contrapor esse cenário predominante em políticas neoliberais em que o Brasil na condição de um país periférico vive, a adoção de políticas que tivessem como objetivo reverter o processo de fragmentação social devido à ascensão das práticas neoliberais que são marcadas pelo individualismo exacerbado, imagem denegrida do Estado e dos movimentos sociais e, esmagamento da força política dos sindicatos. Seria preciso investir objetivamente em políticas para diminuir a desigualdade social, mas que fizessem isso revolucionando também a cultura e os valores rompendo de maneira firme com os valores individualistas e puramente mercantis.

O governo FHC é reconhecido por seu ideal neoliberal, quando Lula e a esquerda veio ao poder muitos acreditaram que esse cenário poderia mudar, mas não é o que Leda Paulani afirma. A autora dá razões que mostram o governo Lula afinado ao neoliberalismo: a adesão sem resistência ao processo de transformação do Brasil em plataforma de valorização financeira internacional, a continuação da política ortodoxa escolhida pelo governo que baseia suas ações primeiramente no intuito de fortalecer a credibilidade com os mercados internacionais de capitais, a elevada taxa real de juros prevalecente na economia, as mudanças no mercado cambial que facilitam as remessas de recursos ao exterior, a nova Lei de Falências que prioriza os créditos financeiros em detrimento dos créditos trabalhistas e o projeto de autonomia operacional do Banco Central; outra razão que faz do governo Lula neoliberal é a chamada “política social”, que tem sua base principal nas “políticas compensatórias de renda”, essas servem para sancionar as fraturas sociais ao invés de promover a inclusão.

Ora, num mundo tão dominado por esses capitais fictícios e pela vertigem de valorizar o valor sem a mediação da produção, nada mais interessante do que transformar economias nacionais com alguma capacidade de produção de renda real, mas sem pretensões de soberania, em prestacionistas servilmente dispostos a cumprir esse papel e lastrear, ainda que parcialmente, a valorização desses capitais. (PAULANI, 2008, p. 98)

Entre os anos 1950 e 1970, as empresas multinacionais desejavam e precisavam de novos

mercados e, assim, eram feitas cópias de suas plantas industriais na periferia do capitalismo.

Em 1990, a estratégia dos grupos transnacionais muda para abandono dos investimentos de longa duração, tendo assim maior flexibilidade para aproveitar oportunidades lucrativas. Isso propicia que o movimento das grandes corporações seja acelerado sempre em virtude da diminuição dos custos, para qualquer localidade com inclusive sua capacidade produtiva. Na maioria dos casos as atividades externalizadas são as mais simples e rotineiras como, por exemplo, as operações de montagem, enquanto isso as mais complexas acabam não sendo externalizadas, tendo como exemplos a concepção do produto, definição do *design*, pesquisa, tecnologia e *marketing*.

Fica claro que a industrialização periférica feita desse modo não pode diminuir a desigualdade econômica entre os países, em especial no quesito renda, tendo em vista que o desejado primeiramente é a diminuição dos custos para as empresas multinacionais e não as potencialidades dos mercados locais. Somando a isso existe a força empenhada para atrair esses capitais proporcionando as condições mais satisfatórias possíveis, obtendo subsídios estatais dentre eles o mais comum é o da supressão de direitos trabalhistas, como vem ocorrendo com a PEC55.

Essa nova divisão de trabalho na qual o Brasil está inserido intensifica de forma perversa as possibilidades de extração de mais-valor utilizando a mais-valia absoluta. Mas mesmo com essas vantagens, o país vem experimentando, desde o início dos anos 1980, um evidente retrocesso no perfil de suas atividades e na forma de sua participação na produção mundial. No setor industrial, o Brasil produz cada vez mais bens considerados quase commodities que são de alta escala de produção, baixo preço unitário, simplificação tecnológica e com rotinização de tarefas, apresentando redução acentuada da importância do setor: nos anos 1980 o emprego industrial nacional chegou a representar 4,2% do emprego industrial mundial e chegou à casa dos 3,1% em 2008.

O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) de 2003 classificou o Brasil como país *em via de desindustrialização*, rótulo dado a países que apresentam a economia com queda ou estagnação dos investimentos e participação da produção manufatureira no PIB em declínio.

Segundo Belluzzo, as décadas de 1980 e 1990 presenciaram no Brasil um processo de desindustrialização relativa, com o rompimento dos nexos interindustriais das principais cadeias de produção e com a redução substantiva do setor de bens de capital, movimento esse que, em termos

macroeconômicos de contabilidade nacional, significa uma redução do valor agregado interno sobre o valor bruto da produção. (PAULANI, 2008, p. 124)

Na “nova economia” (aceleração da difusão das tecnologias de informação e de comunicação e retomada do crescimento da produtividade do trabalho) o Brasil entrou em um processo de retrocesso. Existem duas explicações: uma estrutural e outra política. A primeira está ligada ao desenvolvimento de tecnologia, as patentes (não universalidade), a efemeridade e descartabilidade das conquistas nessa área que tornam difícil o investimento constante para concorrer com os países centrais. A outra é política, que no Brasil de 1990 com o neoliberalismo no auge, levando o país a se submeter aos interesses externos com a desculpa de modernizar a economia, livrar o país da crise e com promessas de avanços incompatíveis aos investimentos recebidos. O caminho real tomado pelo país foi a transformação do Brasil em uma plataforma de valorização financeira internacional, colaborando com o pensamento rentista e financista contemporâneo. O papel complementar do país como produtor de bens de baixo valor agregado utilizando a mais-valia absoluta adquirida pela vantagem comparativa da mão-de-obra barata delimita o lugar brasileiro na divisão internacional do trabalho do capitalismo atual.

A teoria do subdesenvolvimento é hoje predominante, não é considerada evolucionista já que trabalha com rupturas e o que impulsiona a história são os interesses concretos das classes. O raciocínio do subdesenvolvimento não é o de um começo primitivo que vai passando por estágios sucessivos até alcançar o pleno desenvolvimento.

Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica esteve em fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, a impediu, precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista, vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização. (OLIVEIRA, p.2)

A teorização do subdesenvolvimento aborda específicas condições latino-americanas: a experiência e o status de ex-colônias, influenciando na política dessas, e a pouca importância conferida a questão trabalhista, herança da escravidão e “encomendas” marcando o aspecto social dos países. O que marca nas relações é a singularidade, não sendo então o subdesenvolvimento uma evolução truncada, e sim um resultado da dependência derivada do papel que exerce na divisão internacional do trabalho capitalista e para os interesses internos

predominantes.

Francisco de Oliveira faz uma análise do processo fundamental de industrialização brasileiro vivido em períodos de lideranças como Vargas nos quais as bases rurais eram modernizadas, transformadas em indústria, eram alimentadas pelo atrasado e pela economia de subsistência. Foram destacados três pontos para completar a condição específica do subdesenvolvimento brasileiro:

- A função da agricultura de subsistência para a acumulação interna de capital, sustentando, então, que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização.
- O nascimento do moderno sistema bancário brasileiro, que teve em Minas um de seus principais pontos de emergência, mostrava a relação entre as formas de subsistência e o setor mais avançado do capital.
- As culturas de subsistência ajudavam a baixar custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, facilitando a acumulação de capital industrial, produzindo um excedente não-revertível que iria financiar a acumulação urbana.

Esses pontos são levantados como base para o sistema de expansão capitalista. Esse raciocínio dá um papel para o “exército de reserva” nas cidades, ocupado em atividades informais, que eram muitas vezes considerados como apenas consumidor de excedente ou simplesmente lumpen e que para o autor fazia parte também dos expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana.

Nada disso é uma adaptação darwinista às condições rurais e urbanas do processo da expansão capitalista no Brasil, nem “estratégias de sobrevivência”, para uma certa antropologia, mas basicamente as formas irresolutas da questão da terra e do estatuto da força de trabalho, a subordinação da nova classe social urbana, o proletariado, ao Estado, e o “transformismo” brasileiro, forma da modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa. (OLIVEIRA, p.5)

A revolução produtiva sem revolução burguesa tem uma produção atrasada como condômino da expansão capitalista. No sistema capitalista então o subdesenvolvimento é a forma de exceção permanente na sua periferia.

O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre*. (OLIVEIRA, p.5)

Ao mesmo tempo que o país tem seu papel definido na divisão internacional do trabalho capitalista, mantendo sua função por cada ciclo de modernização, há meios técnicos modernos para “queimar etapas” como foi visto nos períodos Vargas e Kubistchek. Uma maior organização dos trabalhadores poderia acabar com a alta exploração ocasionada pelo custo rebaixado da força de trabalho, a reforma agrária poderia solucionar o problema da fonte fornecedora do “exército de reserva” das cidades e do poder patrimonialista. Mas para que esse projeto emancipador tivesse sucesso era necessário que fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não aconteceu. Ao invés disso abandonou à aliança com as classes subordinadas, tendo seu próprio poder como classe enfraquecido pela crescente internacionalização da propriedade industrial, em especial nos novos ramos do mercado. Em 1964 ocorreu o golpe de estado, contemporâneo dos outros na maioria dos países latino-americanos, que acabou com a possibilidade dessa perspectiva aberta. A longa ditadura militar foi de 1964 a 1984 e foi marcada por forte repressão política, alto controle sobre os sindicatos, absoluta coerção estatal, aumento da presença de empresas estatais, abertura ao capital estrangeiro, industrialização a “marcha forçada” - a expressão é de Antônio Barros de Castro – e nenhum esforço para liquidar com o patrimonialismo nem resolver o problema do financiamento interno da expansão do capital. O endividamento externo foi a solução escolhida e desse modo foram abertas as portas à financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro.

Francisco Oliveira faz uma interessante comparação do Brasil como economia com um ornitorrinco, começando por descrevê-la: Altamente urbanizada, pouca força de trabalho e população no campo, forte agrobusiness, setor industrial da Segunda Revolução industrial completo avançando, passo a passo, pela terceira revolução (molecular-digital ou informática), estrutura de serviços muito diversificada ligada aos estratos de altas rendas e primitiva ligada aos estratos pobres. O “animal” descrito seguiu a receita de “evolução” dos outros da sua família, a falha apontada está na “circulação sanguínea”: a alta proporção da dívida externa sobre o PIB que é um sinal da alta dependência da economia.

O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias, mais mesmo que as economias mais pobres da África que, a rigor, não podem ser tomadas como economias capitalistas, apesar de ter experimentado as taxas de crescimento mais expressivas em período longo - sou tentado a dizer com a elegância francesa, et pour cause. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado na Crítica à Razão Dualista, mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não-virtuosa. (OLIVEIRA, p.9)

A organização dos trabalhadores como já foi dito poderia ser a solução para essa estrutura desigualitária da distribuição da renda, a organização ganharia materialidade, o que de fato ocorreu precariamente até os anos setenta: medindo-se as proporções do salário e do lucro na renda nacional, a divisão funcional da renda, vislumbrava uma melhoria na distribuição e o papel de universalizador das demandas dos trabalhadores que passou a ser exercida pelos sindicatos “autênticos”, os exemplos dados são ABC, petroleiros, bancários; foi criada a esperança da expansão da relação salarial e seus correlatos, na Seguridade Social e nas formas do salário indireto. As empresas estatais avançaram nesse sentido resultando nos grandes fundos de pensão. Esse movimento deteve-se nos anos oitenta e entrou em franca regressão a partir dali. As forças do trabalho já não têm “força” social, erosionada pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e “força” política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora na linha thompsoniana trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que concordar com Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é trabalhador, operário. A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa “via passiva” brasileira, mas já não é mais o subdesenvolvimento. (OLIVEIRA, p.11)

A estrutura de classes do antigo proletariado também foi modificada para administração de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. Essa condição produziu uma preocupação com a rentabilidade de tais fundos para os trabalhadores que ascendem a essas funções, isso explica recentes convergências pragmáticas entre PT e o PSDB que retratam uma nova classe social estruturada por técnicos e intelectuais ligados ao interesse dos banqueiros (núcleo do PSDB) e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência (núcleo do PT), se é que podemos chamar essas pessoas ainda de trabalhadores. O controle do acesso aos fundos públicos é o

ponto em comum estratégico das duas frentes.

Olhando de outro ângulo, o ornitorrinco apresenta a peculiaridade de que os principais fundos de inversão e investimento são propriedades de trabalhadores. É o socialismo, exclamaria alguém que ressuscitasse das primeiras décadas do século XX. Mas ao contrário das esperanças de Juarez Guimarães, o ornitorrinco está privado do momento ético-político, pela combinação da permanente aceleração da estrutura material de produção e “propriedade” dos fundos de acumulação. (OLIVEIRA, p.12)

O diferente ornitorrinco é essa condição na qual não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, e aproveitar as opções que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não é possível aumentar a acumulação digital-molecular porque os investimentos necessários para essa ruptura não podem ser suportados pelas bases internas de acumulação que o país possui. O que resta são as “acumulações primitivas”, tendo como exemplos as privatizações: mas o atual domínio do capital financeiro faz delas apenas transferências de patrimônio. O ornitorrinco está submetido a financeirização que tem seu alvo prioritário no momento na previdência social, que dava a esperança de uma sociedade com maior distribuição de renda e com bases para a criação de um novo mercado para acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação cortada e uma sociedade desigualitária sem chances de superação.

4. CONCLUSÃO

Com o intuito de abordar aspectos importantes, pontos críticos e implicações que permeiam as privatizações, dando destaque ao contexto brasileiro, foi feita uma análise bibliográfica. As consequências das privatizações para as antigas empresas públicas devem considerar as vantagens, benefícios concedidos pelo Estado. Destacando o predomínio do interesse privado nas condições de transferência do capital público, fazendo do governo uma rica fonte de recursos para o capital privado.

A possibilidade de realização das privatizações de uma forma diferente foi vista no exemplo de três países: Inglaterra, Itália e França. Esses países tiveram a estratégia de priorizar seus cidadãos na compra das ações para que esses fizessem parte da distribuição do patrimônio nacional, fazendo valer a partir da adoção de políticas de incentivos. A dívida pública brasileira aumentou e, sem contar mais com os lucros das empresas privatizadas, os meios de pagamento diminuíram. Outras dificuldades assumidas foram derivadas do aumento do número de importações em detrimento da produção local, da saúde das contas públicas e suas perspectivas.

A crise como elemento comum no discurso das privatizações é citada, o capital acumulado pelo governo é valioso e desejado para aqueles que almejavam valorização. Em um momento de produção em queda é colocada a questão como uma saída para o Estado que busca investidores de capital para melhorar seu resultado, tendo em vista o ideário neoliberal vigente que preconiza ações para o controle da taxa de inflação e dos gastos públicos, o menor grau de intervenção do Estado na economia, a garantia dos credores estatais, taxas reais de juros elevadas, a abertura de um mercado promissor para o setor privado.

A participação do Brasil em uma divisão internacional do trabalho na condição de um país periférico é marcada por vantagens em custos obtidas pelas multinacionais na adoção de políticas de subsídios estatais, sendo o mais comum dentre eles o da supressão de direitos trabalhistas. É nesse pensamento de valorização financeira que são estabelecidas as relações em prejuízo do social, da diminuição do papel do Estado inclusive na forma produtor de demandas da sociedade (privatizações) e transferência do capital acumulado na esfera pública para uma minoria forte, com o domínio dos países centrais e a perpetuação da dependência externa dos considerados países subdesenvolvidos.

Os resultados verificados concordam com as crises intercaladas por momentos de crescimento, que o Brasil vem enfrentando economicamente, no intervalo temporal do contexto estudado que teve seu marco inicial com a vitória nas eleições de 1989 do discurso neoliberal. A responsabilidade da contabilidade pública ao ter conhecimento desses resultados é a de ajudar na tomada de decisão com bases seguras de desempenho, evolução, riscos e oportunidades. Com base na pesquisa buscar dados complementares aos levantados relacionando com a teoria contábil, dentro do contexto das privatizações brasileiras para a compreensão das melhores práticas, enriqueceria a discussão do tema.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Aloysio. ***O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado***. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2014. (Coleção história agora).

CAMPOS, L. ***Estatização, Privatização e Crise***. 1981, mimeo.

GOLDMANN, L. ***Ciências humanas e filosofia. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967***.

LUKÁCS, G. ***Existencialismo ou marxismo***, São Paulo: Editora senzala, 1967.

PAULANI, Leda. ***Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico***. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de sítio)

OLIVEIRA, F. ***Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco***. São Paulo: Boitempo, 2003.